



AS INFLUÊNCIAS DO BANCO MUNDIAL NA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO ESTADO DE PERNAMBUCO – UMA PERSPECTIVA GERENCIAL DO PROCESSO EDUCATIVO

Isaias Julio de Oliveira ¹
Joseana Fátima de Almeida Araújo ²

RESUMO

O presente estudo tem como foco a análise dos documentos que orientam as diretrizes para a atuação do Banco Mundial no âmbito dos sistemas de educação, dentre esses o brasileiro, com observância dos processos avaliativos desenvolvidos por esses sistemas. Nessa perspectiva, destacamos o Estado de Pernambuco como integrante desse conjunto de sistemas educacionais que sofrem as influências do Banco Mundial e percebemos a convergência para a defesa de adoção do gerencialismo na educação visando elevar a eficiência e apresentar resultados mensuráveis, que consiste no uso de uma poderosa tecnologia de monitoramento, avaliação e regulação, empregada no âmbito da educação em Pernambuco. Percebemos através da análise da literatura pesquisada que no Estado em tela que a educação passou a ser dimensionada e ajustada aos interesses do mercado, onde até a formação dos profissionais que assume características de instrução e treinamento, para que haja competitividade entre os próprios sujeitos envolvidos no processo educativo, prevalecendo o ranqueamento entre as instituições afim de atingirem metas educacionais pré estabelecidas com base nas perspectivas das políticas do Banco Mundial.

Palavras-Chave: Política de avaliação educacional. Organismos multilaterais. Sistema de Avaliação do Estado de Pernambuco

INTRODUÇÃO

Este texto, com base na literatura estudada, faz referência a alguns aspectos da influência das políticas do Banco Mundial para os sistemas de educação brasileiros, com ênfase nos processos avaliativos educacionais, em particular a política de avaliação do estado de Pernambuco. Traz uma trajetória das políticas dessa instituição financeira, suas características básicas e formas de atuação nos países signatários dos

¹ Doutorando em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, isaias-matematica@hotmail.com;

² Doutoranda em Humanidades e Artes com ênfase em Ciência da Educação da Universidade Nacional de Rosário - UNR, joseanefalmeida@gmail.com;



acordos de cooperação, com destaque para as brasileiras e, por simetria, o Estado de Pernambuco. O estudo ressalta a importância de voltar o olhar sobre os impactos dessas políticas nos sistemas estaduais de avaliação educacional, ou seja, observando as especificidades e as suas condições e peculiaridades locais, em detrimento do sistema estandardizado vigente.

A pesquisa enfatiza o conhecimento e a compreensão das políticas educacionais de avaliação, e, se estas suscitam melhorias na aprendizagem dos estudantes. A análise e reflexão teóricas acerca da temática não vislumbra apenas os a discussão acerca dos mecanismos de averiguação dos objetivos conforme propõem os organismos internacionais, mas, pretendem também, contribuir para ampliar e dar mais corpo a literatura existente sobre a temática.

Nesta pesquisa, compuseram como objetivos, para tanto, conhecer nessas políticas educacionais de avaliação, tais influências no sistema estadual de avaliação de Pernambuco. Compuseram ainda os objetivos desse trabalho a análise e reflexão teóricas acerca da temática, pretendendo-se também contribuir para a ampliar a literatura existente

METODOLOGIA

Nas últimas décadas, tanto a economia quanto as políticas mundiais vêm sofrendo grandes influências de instituições financeiras internacionais. Como destaque no cenário educacional, podemos citar o Banco Mundial. Dessa forma, buscou-se conhecer os fundamentos que conduzem a agenda do Banco Mundial, procurando entender a atuação dessa agência multilateral no cenário das políticas de avaliação educacional.

Para tanto, a observação será nosso ponto de partida para demarcarmos as variáveis externas e internas, as quais irão interferir, consideravelmente, nos resultados a serem encontrados. Utilizaremos os procedimentos metodológicos da pesquisa de campo utilizando-se as diretrizes da análise qualitativa. O corpo da pesquisa será formado por relatórios e outros documentos redigidos a partir das observações no interior das instituições educacionais estaduais.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de 1962, o Banco Mundial inicia suas atividades no âmbito da educação. Inicialmente, seu trabalho limitava-se a oferecer suporte aos programas educacionais já existentes nos países signatários. As principais áreas contempladas foram o ensino secundário e a formação profissional técnica. As instituições passaram a exercer as chamadas condicionalidades cruzadas, ou seja, passaram a impor aos países solicitantes de empréstimos que, para conseguirem empréstimo de uma instituição, deveriam aceitar as condicionalidades da outra e vice-versa, impondo ainda mais dificuldades para aqueles países. As exigências para as frágeis economias, em termos de garantias como, por exemplo, déficit primário em detrimento de investimentos importantes como a própria educação, passaram a ser duplicadas (Espindola 2008).

Ainda segundo Espindola (2008), um país quando devedor de uma das agências, solicitando empréstimo à outra, mesmo que aceitando todas as condições políticas e econômicas impostas, pode não conseguir o empréstimo solicitado enquanto não efetuar o pagamento de dívidas em atraso.

Uma discussão muito cabível e importante é que os países são entes soberanos, ou seja, possuem uma organização jurídica, política e econômicas internas que lhes garantam que possam tomar determinadas decisões sobre os seus rumos e de suas populações. Esta soberania, no entanto, no cenário das relações internacionais, é ferida diante das imposições supracitadas. Elas ocorrem porque os países economicamente mais fortes – que determinam efetivamente as regras das instituições internacionais – incidem ferindo a soberania dos países economicamente mais frágeis, impondo os seus interesses inclusive econômicos. Dessa maneira, a partir dos anos 1990 percebe-se a progressão de um aprofundamento ainda maior das reformas educacionais.

Uma das críticas mais fortes a estas reformas educacionais capitaneadas pelo Banco Mundial incide no caráter global, ou seja, o Banco Mundial atua com programas padronizados que são executados em todo o mundo, independente das especificidades de cada nação, que no âmbito educacional, podemos citar a observância dos dados do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). As prioridades pelo Banco Mundial, dentre outros elementos, no tocante a educação, são: a prioridade na educação



primária; melhoria da eficácia da educação; ênfase nos aspectos administrativos; descentralização e autonomia das instituições escolares, no tocante das responsabilidades de gestão e captação de recursos; e análise econômica como critério dominante na definição das estratégias.

Segundo Altman (2002, p. 25), o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), a partir de uma visão economicista, gerencialista, defende o vínculo explicitamente entre educação e produtividade. Afirma a necessidade da produção de talentos para a difusão tecnológica dos países da América Latina como meio de incremento econômico. Um dos elementos mais importantes do apelo político educacional do Banco Mundial, como explicitado acima, fundamentado na Declaração Mundial de Educação para Todos, é a ênfase na educação básica.

As recomendações contidas nos instrumentos de concessão de empréstimos do Banco Mundial para as políticas educacionais, giram em torno do foco na garantia de resultados, erradicando a evasão e a repetência escolar (sem levar em consideração as consequências), como forma de assegurar os investimentos externos.

Segundo Reis (2006), os sistemas externos de avaliação na concepção neoliberal, encontram suas justificativas em razão da influência exercida pelos elementos do mercado na educação, atrelados aos resultados dos sistemas externos de avaliação da aprendizagem, visando à promoção da competição entre as instituições escolares. Portanto:

[...] a lógica utilizada é a de que o controle externo pode trazer eficiência e eficácia para o ensino e a culpabilização dos indivíduos pelos fracassos das instituições é uma das representações dominantes na atualidade e permite tirar a responsabilidade dos setores privados em relação aos problemas sociais gerados, pela escassez de investimentos para minimizar a falta de emprego. Transfere-se para a instituição escolar a responsabilidade de preparar os indivíduos com novos valores e comportamentos para superar a crise econômica [...] esses discursos e práticas têm levado a opinião pública a aceitar como causa dos problemas econômicos



e sociais a crise na educação, imputando a responsabilidade para as instituições educativas (REIS, 2006, p. 52-54).

No cenário educacional do Estado de Pernambuco, tais influências são marcantes e a prática pedagógica passa a ser orientada, controlada e avaliada na capacidade de produzir um conjunto de habilidades intelectuais, definição de certas atitudes, transferência de um dado conjunto de conhecimentos que proporcionem a ampliação da capacidade de trabalho e, tão logo, de produção. Significa uma transmutação do conceito de *homo economicus* para a prática pedagógica, a gerar um produto ao modo de produção capitalista: um homem com maior capacidade produtiva. Não interessa o homem enquanto homem, sujeito histórico, mas como representação de um conjunto de competências a serem desenvolvidas pela educação para se integrar ao sistema econômico-capitalista. De tal maneira, “se todos os indivíduos são livres, se todos no mercado de trocas podem vender e comprar o que querem, o problema da desigualdade é culpa do indivíduo”, (FRIGOTTO, 2006, p. 61) que não se qualificou para tal, e não do capitalismo enquanto sistema econômico

A proposta deste trabalho residiu em elucidar, mesmo que parcialmente, as principais definições e orientações do Banco Mundial nas políticas de educação brasileiras, com destaque para o Estado de Pernambuco. Tais definições pertencem, no seu conjunto, ao ajuste estrutural do capitalismo, iniciado desde a década de 1990, no chamado neoliberalismo. O Banco Mundial indica a realização de investimentos privados na educação, ao passo de privatizá-la por completo. Para tal feito, o organismo vem criando uma rede de influência mútua nas informações sobre as conveniências de se investir em educação nos países receptores dos empréstimos, cuja economia neocolonial se faz presente, submetida aos interesses dos países de alto capital financeiro-monopolista.

Nas propostas de avaliação educacional do estado de Pernambuco, se materializam as políticas e programas do imperialismo capitalista como estratégias de dominação ideológica, reestruturação produtiva, e maiores exigências na exploração da força de trabalho (nível básico de educação, com aquisição de competências e habilidades específicas), resultando assim em melhores resultados educacionais sob a ótica quantitativa do processo educativo.



Neste contexto, em Pernambuco, a educação passou a ser redimensionada e ajustada aos interesses do mercado. Entra em cena, novamente, o discurso de formação de capital humano, a partir de capacitação, treinamento e competências técnicas ao exercício do trabalho manual. Neste sentido, a própria formação dos educadores estaduais ganha, também, tal característica de instrução e treinamento, ao passo que possa haver competitividade entre os próprios sujeitos que desenvolvem a educação, em uma escala de ranqueamento de resultados educacionais por escola, afim de atingimento de metas que levam ao recebimento de bônus financeiros a todos que compõem a escola.

De acordo com esse modelo de sistema, existem objetivos educacionais com metas pré-estabelecidas, avaliação própria, política de incentivos às escolas e a seus agentes, com estratégias de monitoramento. Outra constatação possibilitada pelos achados é que a responsabilização se faz depois de assinado um termo de compromisso, que coloca professores, gestores, alunos e suas famílias como responsáveis pelos resultados educacionais referentes aquela instituição. Porém, esse termo é firmado e assinado apenas entre a Secretaria de Educação e os(as) diretores(as) escolares (Afonso, 2001,). O diretor e/ou a escola são apontados como os principais responsáveis pelos resultados, enquanto o Estado apresenta-se como corresponsável. Isso mostra uma inversão de papéis, pois o Estado, que deveria apresentar-se como provedor ou garantidor do bem-estar social, é que deveria ser o principal responsável, e não, as escolas. Como observamos, o modelo de responsabilização (accountability) implantado ocorreu de forma verticalizada por meio de atos normativos, dentre o principal é o termo de compromisso de cumprimento de metas assinado entre as partes.

Esse termo de compromisso além de definir objetivos e metas a serem alcançadas, busca a responsabilização das escolas e professores. O termo consiste em imprimir um mecanismo de accountability típico das administrações públicas que adotam a perspectiva gerencialista, a qual conforme Afonso (2009), imputa esponsabilidades, bem como sanções aos servidores. Assim, considerando-se o contexto educacional criado pelo Modelo de Gestão Todos por Pernambuco, percebe-se a tendência para estabelecer um ambiente permeado pela performatividade.

Segundo esclarece Ball (2005), a performatividade é uma estratégia que emprega mecanismos de visibilidade e exposição pública, bem como utiliza os processos de



mensuração, julgamentos e comparações, classificações e rankings como meio de regulação. É dessa forma que a divulgação dos resultados sobre as escolas das avaliações estandardizadas estaduais na mídia e nos meios oficiais públicos de divulgação, bem como a constituição dos rankings com as melhores e piores escolas, podem ser compreendidas. Além disso, para Ball (2014), a escolha de escolas é uma das soluções propostas pelo modelo de educação global para solucionar os problemas e alcançar a “qualidade” na educação. Esse processo é estimulado pela exposição pública dos resultados das pessoas e das escolas nas avaliações externas e indicadores educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tendência é que, a partir dessa perspectiva de regulação educacional por parte das diretrizes educacionais do Banco Mundial, um dos propósitos da escola esteja pautado em adaptar os indivíduos às exigências do capital, de maneira que a escola esteja preparada para formar dois tipos de indivíduos: a classe popular, pronta para o mercado e para se adaptarem as condições de trabalho e a classe mais favorecida, para os cargos mais altos e melhores condições sociais, que é a que muitas vezes detém o capital econômico, social e cultural. Em um governo neoliberal capitalista e globalizado, a educação torna-se uma mercadoria em meio a uma sociedade que intitulamos do conhecimento, na qual todos tem que ter acesso a educação, não importa de que forma, nem a qualidade e muito menos os meios para adquiri-la.

Partindo do pressuposto de que nem todas as crianças têm as mesmas condições sociais de aprendizagem, é difícil que a escola consiga promover efetivamente a assimilação dos conteúdos por parte de todos os alunos, pois cada um dos educandos vivem realidades diferentes, o que uma criança consegue aprender, outras não conseguem, ou demoram para fazê-lo. As avaliações em larga escala mostram nada mais do que números que não expressam o real aprendizado do aluno, mas somente reproduzem a desigualdade existente dentro da escola. É muito importante a reflexão de Freitas, que diz:

As políticas de avaliação centralizadas se esquecem que não basta o dado do desempenho do aluno ou do professor coletado em um



teste ou questionário e seus fatores associados. É preciso que o dado seja “reconhecido” como “pertencendo” à escola. Medir propicia um dado, mas medir não é avaliar. Avaliar é pensar sobre o dado com vistas ao futuro. (FREITAS, 2012, p. 48)

O papel da escola precisa ser repensado pelas políticas públicas educacionais, pois um ensino que não seja percebido pela ótica da sorte ou do azar, ou seja, um ensino de qualidade deve ser um direito de todos. O sistema neoliberal traz consigo o discurso da liberdade, mas na realidade esse sistema nos controla, fazendo-nos acreditar que a única lógica de organização da sociedade é essa, mediante a ideia de que pode nos oferecer serviços, como por exemplo, o conhecimento, quando na realidade esses serviços são nada mais do que direito de cada cidadão.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A.J. **Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável, Crítica à accountability baseada em testes padronizados e rankings escolares.** Revista Lusófona de Educação, 13, p. 13-29, 2009.

ALTMAN, H. **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro** in Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002.

BALL, S. J. **Performativities and fabrications in the education economy: towards the performative society.** Australian Educational Researcher, v.17, n.3, p.1-24, 2005.

BANCO MUNDIAL. **Estrategia sectorial de educación: Grupo del Banco Mundial, Red sobre Desarrollo Humano.** Washington, DC/Banco Mundial, 2000.

BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e da equidade do gasto público no Brasil.** Grupo Banco Mundial, 2017. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

ESPÍNDOLA, A. de A. **Contratação de Financiamento Externo Multilateral – Recursos para o Setor Educação.** Dissertação de mestrado em Educação, Campinas, SP, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2008. Disponível em



<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000437218>, acesso em 27 fev. 2011.

FREITAS, L. C. et al. **Avaliação Educacional: Caminhando pela contramão.** 4^a Ed .Petrópolis - Rj: Vozes, 87 p. 2012.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

REIS, R. **Banco Mundial e a sua influência na definição de políticas educacionais na América Latina** São Paulo: Cortez, 2006